

### TERMO DE REFERÊNCIA CONSULTOR INDIVIDUAL – CI

Identificação do TR - PRODOC 914BRZ4018	
<b>Título e Código do Projeto</b>	Projeto 914BRZ4018 - Gestão Compartilhada do Patrimônio Cultural Brasileiro
<b>Local(s) de Trabalho</b>	Remoto e Goiás/GO
<b>Período do contrato</b>	Início: novembro de 2024 Fim: agosto de 2025
<b>Número de vagas:</b>	01 (uma) vaga
<b>Enquadramento no Prodoc/FIT</b>	<p><b>Objetivo Imediato 1</b> – Desenvolver e sistematizar conhecimentos para subsidiar a produção de diretrizes de proteção do patrimônio cultural material brasileiro com vistas à estruturação do Sistema Nacional do Patrimônio Cultural.</p> <p><b>Resultado 1.1</b> – Normas e critérios de proteção e intervenção em bens imóveis e sítios urbanos concebidos, com ênfase na compatibilização com instrumentos urbanísticos e ambientais.</p> <p><b>Atividade 1.1.1</b> – Desenvolver diagnóstico sobre o grau de incompatibilidade entre os instrumentos normativos utilizados pelos órgãos de preservação municipais, estaduais e Iphan, para as áreas e bens tombados em nível federal.</p> <p><b>Atividade 1.1.2</b> – Construir parâmetros para compatibilização e associação de instrumentos urbanísticos com normas de proteção para fins de alinhamento de normativas entre as entidades públicas que tutelam os territórios onde existem bens culturais protegidos no nível federal.</p>

## 1. FINALIDADE DE CONTRATAÇÃO

### 1.1. Objeto

Contratação de serviços técnicos especializados para subsidiar a elaboração da Norma de Preservação para o **Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Goiás** e entorno, bem tombado em nível federal e patrimônio mundial, localizado na cidade de Goiás/GO.

### 1.2. Contexto

As Normas de Preservação para bens tombados e respectivos entornos são instrumentos da Política do Patrimônio Cultural Material (PPCM) que têm por objetivo dar publicidade às diretrizes de preservação e critérios de intervenção que devem orientar as análises de autorização de intervenções realizadas pelo Iphan de acordo com a Portaria nº 420/2010 e o Decreto-Lei nº 25/1937.

A publicação de Normas de Preservação no Diário Oficial da União, por meio de portarias assinadas pela Presidência do Iphan, é realizada desde a década de 1970. No entanto, até o momento, apenas uma parcela dos bens culturais tombados está normatizada. Estão vigentes **59 portarias**, sendo 32 relativas a 21 conjuntos urbanos, arquitetônicos ou paisagísticos, dentro dos quais estão inseridos 133 bens com tombamento isolado. E, mais 27 portarias de entorno de 70 bens com tombamento isolado, totalizando **234 bens tombados com algum nível de normatização**.

É importante lembrar que as Normas de Preservação buscam contribuir com a solução de vários gargalos dos processos de autorização de intervenção, sendo componente fundamental para a boa gestão da preservação do bem tombado. Dentre os principais problemas enfrentados, destacamos:

- ✓ **Tratamento não isonômico** nas análises de autorização de intervenção decorrente da inexistência de uma “regra geral” a ser observada por todos os técnicos, dificultando o planejamento e previsibilidade de ações de preservação para os bens tombados e gerando inseguranças/incertezas sobre a viabilidade de novas intervenções.
- ✓ **Falta de transparência e elevado grau de discricionariedade** em relação aos critérios utilizados nas análises de autorização de intervenção decorrentes da dificuldade de compreensão e interpretação dos valores e atributos dos bens tombados.
- ✓ **Dificuldade de caracterização da ambiência do bem tombado**, em especial quando se trata do reconhecimento pelo valor paisagístico.
- ✓ **Conflitos de entendimento** decorrentes da inexistência de poligonais de tombamento para todos os conjuntos urbanos tombados e de entorno para inúmeros bens tombados.
- ✓ **Dificuldade de desenvolvimento de trabalhos de forma participativa e pactuada** pela carência de competências específicas e pelo acúmulo de atividades do corpo técnico.
- ✓ Distanciamento entre o **contexto dos bens culturais no momento do tombamento e a realidade cotidiana da gestão**, em especial quando se trata de conjuntos urbanos, onde são recorrentes os conflitos entre o papel da preservação do patrimônio cultural e a dinâmica inerente ao processo de produção da cidade.
- ✓ Dificuldade de **compatibilização entre os diversos direitos inerentes aos cidadãos** – direito à cidade, direito à cultura, direito ao meio ambiente.
- ✓ Dificuldade de **reconhecer como suficientes para a preservação do bem protegido a aplicação de instrumentos normativos e mecanismos de gestão de competência de outros órgãos**, em especial da área ambiental, recorrendo em sobreposição de ações e falta de integração.

Desde 2017, o processo de normatização é de responsabilidade da Coordenação-Geral de Normatização e Gestão do Território (CGNT) no Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização (DEPAM). Com a publicação da PPCM (Portaria nº 375/2018) e a definição clara do lugar da normatização na Vigilância Sobre o Patrimônio Cultural Material, a CGNT atuou no sentido de enfrentar os seguintes desafios:

- ✓ Avançar no entendimento sobre o papel das normas de preservação como **instrumento de orientação para as intervenções** passíveis de serem realizadas nos bens tombados, rompendo com as lógicas e práticas de construção de normas apenas como conjuntos de proibições ou impedimentos.
- ✓ Estabelecer **estratégias específicas para a elaboração e revisão das normas de preservação** para o universo de bens protegidos pelo Iphan, respeitando a **diversidade dos bens, contextos locais e realidade das Superintendências**, garantindo a continuidade dos trabalhos em andamento e a incorporação dos subsídios já produzidos institucionalmente sobre o tema.
- ✓ Contribuir para o estabelecimento de bases para a construção de ações e **instrumentos para a gestão compartilhada dos bens no território** por meio de um processo de pactuação de leituras e entendimentos, formalizados em instrumentos e mecanismos voltados para a preservação dos bens tombados.

E, mais recentemente:

- ✓ Incorporar ao processo de normatização as questões referentes às **mudanças climáticas** e à **promoção da diversidade social e funcional nos conjuntos urbanos**, em especial a habitação.
- ✓ Avançar nas **estratégias de gestão dos bens no território** integrando as ações ligadas a pautas recentes – tombamento de quilombos, assistência técnica (Canteiros Modelo) – e a agenda do patrimônio mundial.
- ✓ Ampliar a **participação social** nas diversas etapas do processo de normatização.

Para a institucionalização do processo de normatização, foi desenvolvida uma abordagem metodológica específica, que buscou ser flexível para se adequar às diversas realidades e contextos locais e, ao mesmo tempo, rígida para criar uma unidade nacional dentro de tamanha diversidade - a **MATRIZ DE REFERÊNCIA PARA NORMAS DE PRESERVAÇÃO**. Essa metodologia tem como objetivos:

- ✓ estabelecer atitudes reflexivas sobre o bem tombado e o contexto em que está inserido;
- ✓ definir, de forma clara e objetiva, os critérios de intervenção, buscando construir com os órgãos públicos, instituições e agentes locais uma leitura integrada e atualizada do bem no território;
- ✓ estabelecer práticas para a construção pactuada das normas de preservação, de forma a garantir sua legitimidade, apropriação pelas comunidades locais e agentes públicos e facilitar a definição de estratégias de gestão compartilhada.
- ✓ integrar as práticas e instrumentos dos processos de normatização e gestão dos bens tombados aos de proteção, contribuir com as atividades de rotina de fiscalização e autorização e subsidiar as ações de conservação dos bens culturais protegidos.

A **MATRIZ DE REFERÊNCIA** está organizada em 3 etapas:

**Leitura Inicial (LI):** objetiva compreender o bem tombado e as relações que estabelece em seu contexto, partindo da tradução dos valores em atributos.

**Leitura Integrada do Bem no Território (LIBT):** objetiva construir uma leitura integrada do bem e seu entorno, por meio de um pacto de entendimentos entre os agentes, acordando diretrizes e critérios para a norma de preservação.

**Consolidação e Publicação da Norma de Preservação (CPNP):** objetiva estruturar, validar com a sociedade e publicar a norma de preservação.

Para cada uma dessas etapas, estão relacionadas uma série de atividades com suas estratégias de elaboração e os respectivos conteúdos esperados. Com base na estrutura da Matriz de Referência e na realidade local, são desenhados planos de trabalho específicos para cada bem e/ou respectiva área de entorno.

### 1.3 Justificativa

**O Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Goiás (CAU Goiás)** foi tombado pelo Iphan em 1978 e reconhecido como Patrimônio Mundial pela Unesco em dezembro de 2001. A cidade de Goiás é um importante sítio histórico do período da expansão colonial, nos séculos XVIII e XIX, resultado da exploração do ouro, sendo o primeiro núcleo urbano oficialmente reconhecido a oeste da linha de demarcação do Tratado de Tordesilhas, que definiu originalmente as fronteiras da colônia portuguesa.

O Conjunto conserva mais de 90% de sua arquitetura barroco-colonial original, tornando-se um importantíssimo mostuário do Brasil oitocentista. O centro histórico de Goiás mantém, até hoje, o caráter primitivo de sua trama urbana, dos espaços públicos e privados, da escala e da volumetria das suas edificações.

A cidade nasceu com características de povoamento vernacular e seus principais atributos, que compõem seu Valor Excepcional Universal, estão no fato de ser um raro e genuíno documento da maneira como os exploradores do território – os bandeirantes, em uma situação isolada, adaptaram os modelos de planejamento e construção vigentes na metrópole portuguesa às realidades da região tropical, além de ser o principal exemplar remanescente da ocupação do interior do Brasil, tal como era praticada nos séculos XVIII e XIX, inserida em um vale fluvial.

A ausência de uma norma de preservação para o **CAU Goiás** torna a gestão da preservação mais complexa e hermética, na medida em que os outros entes e órgãos responsáveis pela preservação do bem tombado não conhecem os protocolos e as regras de atuação do Iphan. A elaboração da norma de preservação, além de dar transparência e reduzir a discricionariedade das análises de autorização de intervenções, reduz potencialmente os conflitos de entendimento decorrentes da imprecisão das poligonais de tombamento e de entorno.

A elaboração da norma de preservação utilizando a **MATRIZ DE REFERÊNCIA** como o método, esclarece para toda a sociedade quais os valores do tombamento e os atributos que devem ser preservados. Aproxima os técnicos do Iphan da realidade cotidiana da gestão urbana, onde os conflitos entre o papel da preservação do patrimônio cultural e a dinâmica inerente ao processo de produção da cidade são mais latentes. Permite, ainda, uma reflexão sobre a importância de compatibilizar os diversos direitos dos cidadãos – o direito à cidade, o direito à cultura e o direito ao meio ambiente saudável.

A contratação de serviços técnicos especializados para subsidiar a elaboração da norma de preservação para o **CAU Goiás** e entorno é fundamental neste momento, visto que já se encontram em andamento diferentes ações do DEPAM para a preservação e conservação desse conjunto urbano. Foi instalado um Canteiro Modelo de Conservação, uma parceria da Coordenação-Geral de

Conservação (CGCO) do DEPAM com a Universidade Federal de Goiás (UFG), que disponibiliza Assistência Técnica aos moradores capacitando-os para a preservação do patrimônio cultural edificado. Concomitante à realização do Canteiro Modelo, a Assessoria Internacional do Patrimônio Material do DEPAM iniciou as tratativas com o Iphan-GO para a mobilização da sociedade local, com o objetivo de constituir o Comitê Gestor do Sítio Patrimônio Mundial e elaborar o Plano de Gestão.

Essa é uma oportunidade única de iniciar a elaboração da norma de preservação do **CAU Goiás** em conjunto e produzindo sinergias com as iniciativas já citadas e em curso no território.

## **2. PRODUTOS A SEREM ENTREGUES E/OU ATIVIDADES A SEREM EXECUTADAS**

### **2.1. Produtos e Atividades**

Serão encaminhados 6 (seis) produtos resultantes das atividades realizadas pelo contratado da seguinte forma:

**Produto 1** – Documento Técnico contendo o **Plano de Trabalho** elaborado junto ao Escritório Técnico na Cidade de Goiás (ETG), ao Iphan-GO e à Coordenação-Geral de Normatização e Gestão do Território (CGNT/DEPAM) com base na **MATRIZ DE REFERÊNCIA**, incluindo detalhamento do cronograma e das atividades, alinhados com a equipe do Escritório Técnico na Cidade de Goiás (ETG), do Iphan-GO e da CGNT/DEPAM, prevendo o mapeamento de atores, o levantamento de instrumentos vigentes, estudos e diagnósticos existentes, além da análise profunda e detalhada do processo de tombamento 345-T-442 e do dossiê de candidatura a Patrimônio Mundial do **Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Goiás (CAU Goiás)**.

**Atividade 1.1** - Participar de reuniões com a equipe do ETG-GO, do Iphan-GO e da CGNT/DEPAM.

**Atividade 1.2** - Levantar e organizar o material de referência com mapeamento de atores, dos instrumentos vigentes, estudos e diagnósticos existentes, do processo de tombamento e do dossiê de candidatura a Patrimônio Mundial.

**Atividade 1.3** – Detalhar as etapas e atividades necessárias à elaboração dos Produtos 2 a 6, com os respectivos cronogramas.

*Prazo: 30 dias*

**Produto 2** - Documento Técnico contendo a análise dos **Instrumentos de Proteção do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Goiás (CAU Goiás)**, com a tradução dos valores em atributos a serem preservados, considerando as informações consolidadas relativas aos valores, atributos e características do bem tombado e entorno, partindo de uma contextualização do bem tombado, com localização, histórico da cidade e do processo de tombamento federal, considerando as várias fases de proteção, desde a primeira datada de 1951 até a última alteração ocorrida em 2004. O documento deve apresentar um quadro inicial de valores e atributos do bem tombado, com descrição detalhada dos elementos que os caracterizam, associado a um mapa que localize os atributos e identifique os bens tombados isoladamente pelo Iphan dentro do bem tombado e no entorno. Se existirem expressões do patrimônio imaterial relacionadas aos elementos materiais, elas devem ser citadas no

quadro, incluindo uma caracterização preliminar das condições de visibilidade e ambiência a partir das relações espaciais e de fruição entre o bem tombado e o entorno.

**Atividade 2.1** – Participar de reuniões com a equipe do ETG-GO, do Iphan-GO e da CGNT/DEPAM.

**Atividade 2.2** – Desenvolver a tradução dos valores do tombamento em atributos a serem preservados e a caracterização da visibilidade e da ambiência do bem tombado no seu contexto, seguindo a estratégia e os conteúdos definidos na **MATRIZ DE REFERÊNCIA PARA NORMAS DE PRESERVAÇÃO**, disponibilizada pela CGNT/DEPAM.

**Atividade 2.3** – Organizar e realizar uma oficina de trabalho com a equipe do ETG-GO, do Iphan-GO e da CGNT/DEPAM.

**Atividade 2.4** – Produzir documentos técnicos com diagnósticos, análises, síntese, quadros, mapas, ilustrações e o relatório da oficina de trabalho.

*Prazo: 60 dias*

**Produto 3** - Documento Técnico contendo a **Análise de diretrizes de preservação e critérios de intervenção**, com a análise das diretrizes de preservação e critérios de intervenção presentes no processo de tombamento e no processo de candidatura a Patrimônio Mundial, quando houver; e em normas publicadas, notas técnicas, pareceres ou documentos de referência para o Iphan em suas análises, que incidem na área tombada e no entorno, indicando as que deverão ser mantidas ou alteradas, com as devidas justificativas. Apresentar quadro síntese.

**Atividade 3.1** - Participar de reuniões com a equipe do ETG-GO, do Iphan-GO e da CGNT/DEPAM.

**Atividade 3.2** - Desenvolver a análise das diretrizes de preservação e critérios de intervenção seguindo a estratégia e os conteúdos definidos na **MATRIZ DE REFERÊNCIA PARA NORMAS DE PRESERVAÇÃO**, disponibilizada pela CGNT/DEPAM.

**Atividade 3.3** - Produzir documentos técnicos com diagnósticos, análises, síntese, quadros, mapas e ilustrações.

*Prazo: 45 dias*

**Produto 4** - Documento Técnico contendo o **Levantamento e análise de estudos, diagnósticos e legislações existentes**, com a listagem comentada dos principais estudos e diagnósticos existentes. Indicar como poderão subsidiar as etapas de elaboração da Norma de Preservação, considerando os inventários produzidos ou contratados pelo IPHAN, como o Inventário Nacional de Bens Imóveis em Sítios Urbanos (INBI-SU) e o Inventário de Configurações Espaciais Urbanas (INCEU), além de trabalhos acadêmicos que contenham elementos e informações que possam expandir a possibilidade de análise. Considerar o trabalho desenvolvido pela equipe do Canteiro Modelo de Conservação até o momento. Deve ser apresentada também uma listagem das legislações que incidem sobre o bem tombado e o entorno e que tem interface com a preservação do patrimônio. Devem ser indicados os pontos de convergência ou conflitos com as diretrizes e critérios já vigentes e utilizados pelo IPHAN, quando couber. Por fim, o relatório deve trazer uma listagem e um mapa dos

bens e áreas de proteção cultural e ambiental nas diferentes esferas de governo, incluindo os sítios arqueológicos cadastrados e os bens valorados.

**Atividade 4.1** - Participar de reuniões com a equipe do ETG-GO, do Iphan-GO e da CGNT/DEPAM.

**Atividade 4.2** - Desenvolver o levantamento dos estudos, diagnósticos e legislações existentes seguindo a estratégia e os conteúdos definidos na **MATRIZ DE REFERÊNCIA PARA NORMAS DE PRESERVAÇÃO**, disponibilizada pela CGNT/DEPAM.

**Atividade 4.3** – Interagir com a equipe do Canteiro Modelo de Conservação Iphan/UFG.

**Atividade 4.4** – Produzir documentos técnicos com diagnósticos, análises, síntese, quadros, mapas e ilustrações.

*Prazo: 60 dias*

**Produto 5** – Documento Técnico contendo a **Análise preliminar de ações de autorização e fiscalização** com o objetivo de identificar os pontos sensíveis para a preservação do bem tombado e as principais demandas da sociedade civil e de órgãos públicos, incluindo o entorno. Considerar os posicionamentos da Câmara de Análise de Recursos e de Ações Cíveis Públicas, se houver. Analisar o tipo, a localização e a concentração de irregularidades, danos e demandas de intervenções. As informações devem ser analisadas e sistematizadas em textos, quadros e mapas.

**Atividade 5.1** – Participar de reuniões com a equipe do ETG-GO, do Iphan-GO e da CGNT/DEPAM.

**Atividade 5.2** – Desenvolver a Análise preliminar de ações de autorização e fiscalização, seguindo a estratégia e os conteúdos definidos na **MATRIZ DE REFERÊNCIA PARA NORMAS DE PRESERVAÇÃO**, disponibilizada pela CGNT/DEPAM, e o material disponibilizado pelo Iphan-GO.

**Atividade 5.3** – Produzir documentos técnicos com diagnósticos, análises, síntese, quadros, mapas e ilustrações.

*Prazo: 45 dias*

**Produto 6** – Documento Técnico contendo a **Formulação preliminar dos problemas de preservação e o Mapeamento dos atores e potenciais parceiros**, contendo uma análise do conteúdo levantado nos produtos anteriores, com identificação de convergências e conflitos, explicitando as pressões, perigos e vulnerabilidades de transformação do território que impactam na preservação do bem protegido, incluindo as mudanças climáticas. Caracterizar os principais problemas para a preservação das condições de visibilidade e ambiência dos atributos do bem tombado em seu contexto. Considerar o trabalho desenvolvido pela equipe do Canteiro Modelo de Conservação até o momento. Diferenciar os problemas relacionados à preservação do bem tombado e à gestão institucional/urbana/ambiental do bem tombado, indicando as atribuições dos órgãos para resolvê-los. Apresentar um quadro inicial dos problemas de preservação, com mapas e imagens ilustrativas. Listar os agentes públicos e privados que atuam, tenham governabilidade ou interesse no bem tombado e entorno e que podem ser parceiros no processo de elaboração da norma de preservação.

**Atividade 6.1** – Participar de reuniões com a equipe do ETG-GO, do Iphan-GO e da CGNT/DEPAM.

**Atividade 6.2** – Desenvolver a formulação preliminar dos problemas de preservação do bem tombado seguindo a estratégia e os conteúdos definidos **MATRIZ DE REFERÊNCIA PARA NORMAS DE PRESERVAÇÃO**, disponibilizada pela CGNT/DEPAM.

**Atividade 6.3** – Interagir com a equipe do Canteiro Modelo de Conservação Iphan/UFG.

**Atividade 6.4** – Organizar e realizar a oficina de trabalho com a equipe do ETG-GO, do Iphan-GO e da CGNT/DEPAM.

**Atividade 6.5** – Mapear os agentes públicos e privados que atuam, tenham governabilidade ou interesse na área do bem tombado e entorno.

**Atividade 6.6** – Produzir documentos técnicos com diagnósticos, análises, síntese, quadros, mapas e ilustrações e o relatório da oficina de trabalho.

*Prazo: 60 dias*

### 3. CRONOGRAMA DE ENTREGAS

**Perfil: Consultor individual**

Parcela/Descritivo	Data para Entrega
Produto 1 – Plano de Trabalho	30 dias
Produto 2 – Documento Técnico	90 dias
Produto 3 – Documento Técnico	135 dias
Produto 4 – Documento Técnico	195 dias
Produto 5 – Documento Técnico	240 dias
Produto 6 – Documento Técnico	300 dias
<b>Total</b>	<b>300 dias</b>

### 4. INSUMOS

Para o desenvolvimento da consultoria será necessária a consulta a documentação e acervos do IPHAN e de outros órgãos públicos federais, estaduais e municipais.

As despesas com passagens e diárias relativas aos deslocamentos que se fizerem necessários para a elaboração da consultoria, nos termos deste Termo de Referência, serão custeadas pelo Iphan, no âmbito deste projeto de cooperação internacional, não incumbindo, portanto, em despesas ao(à) consultor(a).

### 5. REQUISITOS MÍNIMOS DE QUALIFICAÇÃO

Os participantes que não apresentarem os requisitos obrigatórios de qualificação não serão considerados para o processo de avaliação.

#### 5.1. Requisitos mínimos para habilitação

**Qualificação Educacional:**



Profissional com graduação na área de Arquitetura e Urbanismo.

**Experiência Profissional:**

Experiência profissional mínima de dez anos nas seguintes áreas temáticas: desenvolvimento ou planejamento urbano, políticas públicas na área de patrimônio cultural, gestão urbana, reabilitação de áreas urbanas centrais e/ou cidades históricas.

**5.2. Requisitos desejáveis**

a) Experiência profissional em atividades de pesquisa, assessoria técnica e elaboração de material técnico nas seguintes áreas temáticas: desenvolvimento ou planejamento urbano, políticas públicas na área de patrimônio cultural, gestão urbana, reabilitação de áreas urbanas centrais e/ou cidades históricas.

b) Especialização ou pós-graduação nas mesmas áreas temáticas do item a.

c) Experiência na coordenação de trabalhos em grupo e equipes multidisciplinares, com realização de oficinas de trabalho.

**5.3 Tabela com critérios de avaliação**

Qualificação e Experiência do(a) Candidato(a)					
		Regras de avaliação	Pontuação	Pontuação Mínima	Pontuação Máxima
1	Requisitos mínimos para habilitação	Profissional com Graduação na área de Arquitetura e Urbanismo	10 pontos	10	10
		Experiência profissional mínima de dez anos nas seguintes áreas temáticas: desenvolvimento ou planejamento urbano, políticas públicas na área de patrimônio cultural, gestão urbana, reabilitação de áreas urbanas centrais e/ou cidades históricas.	2 pontos por ano	21	30
2	Requisitos desejáveis	Experiência profissional em atividades de pesquisa, assessoria técnica e elaboração de material técnico nas seguintes áreas temáticas: desenvolvimento ou planejamento urbano, políticas públicas na área de patrimônio cultural, gestão urbana, reabilitação de áreas urbanas centrais e/ou cidades históricas.	2 pontos por ano ou projeto	0	28

		Especialização ou pós-graduação nas mesmas áreas temáticas.	4 pontos por curso concluído	0	12
		Experiência na coordenação de trabalhos em grupo e equipes multidisciplinares, com realização de oficinas de trabalho.	2 pontos por ano ou por plano/projeto concluído	0	20
<b>TOTAL DE PONTOS</b>				<b>30</b>	<b>100</b>

6. Os interessados deverão realizar o cadastro dos currículos na plataforma Roster (<https://roster.brasilia.unesco.org/app/selection-process-list>) e submeter sua candidatura na plataforma nas datas previstas no edital. Serão desconsiderados os currículos remetidos em desacordo com estas exigências e/ou fora do prazo estipulado no edital. Não serão aceitos currículos enviados por e-mail ou outro meio que não seja via plataforma Roster.